

A EXPEDIÇÃO DE DANIEL CAMPOS (1883) E A GUERRA DO CHACO (1932-35) NA FORMAÇÃO TERRITORIAL DA BACIA DO PARAGUAI

Allan Rodrigo de Campos Silva¹

RESUMO

O presente trabalho faz uma breve exposição da formação territorial do Chaco (Bolívia-Paraguai) a partir da leitura de relatos da expedição científica boliviana organizada por Daniel Campos (1883) e de documentos históricos do governo paraguaio (1852-1940) referentes à ocupação e a Guerra do Chaco (1932-35). A formação territorial na periferia do capitalismo, tal como tratada em Moraes (2004), é problematizada a partir da reposição do lugar da guerra e da ciência na generalização da dominação da mercadoria (Marx, 1968) por meio da mobilização para o trabalho (Gaudemar, 1977).

Palavras-chave: Formação Territorial, Guerra do Chaco, Mobilização do trabalho, Modernização, Ciência geográfica.

THE EXPEDITION OF DANIEL CAMPOS (1883) AND THE CHACO WAR (1932-35) ON THE TERRITORIAL FORMATION IN PARAGUAY RIVER BASIN

ABSTRACT

The present work exposes the results of a research on the territorial formation of the Chaco (Bolívia-Paraguay) from a close reading of the reports of the Bolivian scientific expedition organized by Daniel Campos (1883) and historical documents of the Paraguayan

¹ Estudante do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana - USP, sob orientação do professor Heinz Dieter Heidemann. E-mail: allancob@usp.br.

government (1852-1940) that refers to the occupation and to the Chaco War (1932-35). Work mobilization and territorial formation on the peripheral capitalism, as treated for example in Moraes (2004), are criticized through the restatement of the role of war and science on the generalization of the commodity reified domination.

Keywords: Territorial formation, Chaco War, Work mobilization, Modernization, Geographical Science.

A forma social de dominação, tal como exposta por Marx n'O Capital, permite um desdobramento epistemológico, quando colocamos a própria produção do conhecimento no centro da crítica. Claus Peter Ortlieb, no importante texto "Objetividade Inconsciente" (Ortlieb, 1998) insere o fetichismo instituído pela dominação das mercadorias no plano do pensamento e demonstra como o fetichismo postula include suas categorias e a forma de organização da experiência. Para Ortlieb, já em Marx podemos encontrar uma crítica do sujeito transcendental kantiano como forma de subjetivação da forma da mercadoria. A ciência, em busca de objetividade do mundo (objetividade da formação territorial, neste caso) está fadada a fetichizar o processo ao qual toda a sociedade está sujeitada. Em outras palavras, a formação territorial é um processo objetivo posto em movimento pela forma-mercadoria; colonizadores, estatistas e cientistas a reiteram porque estão sujeitados a tentar garantir seu lugar na divisão social do trabalho. Qualquer análise que prime por uma totalidade eminentemente geográfica deve ser colocada fora de questão quando o problema é a crítica da totalidade social capitalista e do processo de modernização.

1. SENTIDO PROFUNDO DA COLONIZAÇÃO

A presença das Coroas, portuguesa e espanhola, na América colonial instituiu um sentido profundo ao processo de ocupação

e formação territorial. Entretanto, muitas vezes, o sentido da colonização foi apreendido de maneira generalista. No Brasil, diversos estudos geográficos e historiográficos são tributários da definição de colonização enquanto “humanização do ecúmeno” de Max Sorre (Megale, 1985).

Sorre parte de uma concepção ecológica das sociedades para analisar a questão migratória. A migração é vista como produção de um novo habitat, fruto da desestabilização entre o quadro natural e o quadro populacional do complexo geográfico original. Neste sentido, o movimento populacional seria fundado na liberdade de escolha do ser humano dentro do quadro geral de complexos geográficos (Cf. Megale, 1984), resultando que o processo de colonização poderia ser visto, nessa perspectiva, como humanização do ecúmeno.

Moraes (2004), ao problematizar a questão colonial, parte de tal concepção generalista de Sorre, não mais a partir de uma matriz ecológica, substituída por um processo político, que ainda considera a liberdade do movimento migratório como pressuposto:

Todo processo de colonização tem por origem a expansão territorial de um dado grupo humano, que avança sobre um espaço novo com intuito de incorporá-lo à sua área de habitação. As razões que motivaram tal expansão são bastante explicativas das formas que assume a colonização, uma vez que a apropriação de terra realizada e os usos do solo introduzidos respondem às carências ou às potências que alimentaram a motivação para mover-se. (MORAES, 2004, p. 71)

Tal concepção transhistórica de colonização, tributária do pensamento de Sorre, não é capaz de apontar para o específico da chamada colonização moderna, tampouco para as determinações sociais da migração. O processo de colonização, iniciado com as

navegações ibéricas, nunca poderia ser reduzido a um processo de migração (ou humanização do ecúmeno) porque necessariamente institui, às costas dos sujeitos colonizadores, uma forma de dominação reificada. Essa relação social, historicamente específica, sujeita toda uma constelação de sociedades com distintas formas de organização da produção material da vida a um mesmo denominador comum através da forma-mercadoria. As migrações que daí derivam estão em consonância com a acumulação capitalista, e precisam ser pensadas num registro que considere a dupla liberdade de migrar: ausência de meios de produção e liberdade de sujeição ao capital².

A relação social da mercadoria tanto não pode ser reduzida a uma simples decorrência do movimento migratório, quanto depende da institucionalização violenta da troca: não existe livre mercado e livre sujeição à produção das mercadorias sem uma dupla violência, extra-econômica e econômica, que produz trabalhadores duplamente livres, tal como fundamentalmente exposto por Marx no capítulo XXIV d'O Capital, A assim chamada acumulação primitiva (Marx, 1996, p.339).

Não obstante, Caio Prado Jr. já nos alertara para o sentido profundo que o processo de colonização assume: ao instituir as primeiras feitorias na costa atlântica e a produção de mercadorias tropicais para a Europa (Prado Jr, 2004, p.17) o processo de colonização, desse ponto de vista, não permite mais uma aproximação generalista, enquanto *humanização do ecúmeno* porque o comércio de mercadorias impõe uma relação social historicamente específica e necessária: a forma da mercadoria, um fundamento a partir do qual precisam partir a história, a geografia, a política ou ecologia.

Fernando Novaes (1979) também parte de uma concepção generalista de colonização, entretanto o autor aprofunda sua reflexão incorporando um sentido histórico para a colonização

² Jean Paul de Gaudemar: Mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Lisboa, 1976.

moderna: as colônias ocupavam um lugar social particular no *sistema colonial*, através da acumulação primitiva de capital para as metrópoles européias. O autor desdobra e supera, assim, aquela antiga referência a Max Sorre. Em se tratando de sociedades capitalistas escravistas, como o Brasil, a particularidade dessa acumulação precisou ser enfrentada de perto por outros autores³.

Pasquale Petrone, na fundamental análise sobre a produção científica apresentada no *Simpósio Perspectivas da Colonização no Brasil*, realizado em 1973 em Presidente Prudente, também desdobrou o problema da relação entre ocupação e colonização (Petrone, 1973). No referido documento, Petrone parte de uma divisão temática do Simpósio para em seguida problematizá-la: os trabalhos apresentados poderiam se dividir entre: I- a colonização de áreas novas, despovoadas ou escassamente povoadas, às quais adeririam com facilidade o rótulo de humanização; e II - a colonização de áreas já povoadas, que implicariam na imposição de mudanças profundas na estrutura social. Ocorre que, conforme nos alerta o autor, a “colonização de novas áreas é uma forma de permitir a colonização de áreas velhas” (Petrone, 1973, p.52).

A formulação de Petrone inviabiliza a autonomia do conceito de humanização do ecúmeno e a submete a uma relação particular no processo de colonização em geral, entendido como dependência regional.

³ A pesquisa de Maria Sylvia Carvalha Franco ajuda a particularizar o entendimento sobre esse processo, apontando a centralidade do tráfico de escravos para a acumulação capitalista colonial: *Se levarmos a sério a investigação das Formas, não se poderá tratar a escravidão moderna a não ser no modo particular que assumiu no interior do movimento geral de apropriação dos meios de produção. Isto nos levará a difíceis perguntas sobre a própria figura do escravo, sempre conceituado por Marx como essencialmente dependente da natureza, o que sem dúvida nos leva a embaraços para compreender como entrou no movimento geral de circulação de mercadorias e como, ao mesmo tempo, sustentou e se nutriu da produção de lucro, isto é mais-valia.* (Cf. Maria Sylvia de Carvalho FRANCO, “Organização Social do Trabalho no Período Colonial”, in, Paulo Sérgio PINHEIRO (coordenação), *Trabalho Escravo, Economia e Sociedade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p.154).

A Guerra do Chaco pode ser pensada por meio das pistas que Petrone deixa, consideradas no seu próprio contexto particular: se a relação entre ocupação de áreas novas e velhas, no caso Brasileiro, se dá primeiramente com um *core* externo, com a formação do Estado Nacional Brasileiro a centralidade do processo de colonização ganha uma nova escala (a nacional), fato que permite pensar a relação entre as políticas de colonização da Amazônia e as políticas de Desenvolvimento Regional do Nordeste articuladas por uma transferência de riqueza movida pelo Sudeste, argumento desdobrado posteriormente por Francisco de Oliveira (Oliveira, 1977) mas previamente anunciado por Petrone.

A Guerra Chaco, por outro lado, ocorre em um contexto em que a centralidade do Estado Nacional, paraguaio ou boliviano, não se impõe com a mesma força em que nas colonizações desenvolvimentistas brasileiras das décadas de 1950-70: Mais do que isso, seu *core* encontra-se inteiramente externo, em pleno século XX.

A Guerra do Chaco, conforme apresentaremos neste artigo, pode ser pensada como um meio de formação territorial e *mobilização forçada ao trabalho livre* que tem seu *core* na especulação por petróleo entre a empresa estadunidense Standard Oil of New Jersey e a britânica Royal Dutch-Shell, personificadas nos governos boliviano e argentino, respectivamente.

De acordo com Moniz Bandeira (1998), a produção petrolífera na Bolívia se iniciara em 1925, por meio da compra de 3 milhões de hectares de terras pela Standard Oil, que em 1929 já extraía petróleo em 8 poços na bacia do rio Bermejo. A dificuldade de escoamento de petróleo através do Andes fez crescer a pressão da Standard sobre o governo argentino, a quem propôs a criação de um oleoduto, recusado pelo presidente Hipólito Yrigoyen, por influência da Royal Dutch, ao mesmo tempo em que a própria Argentina se situava como um novo *core* para aquela formação territorial, percebida com mais nitidez na criação da YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales) em 1922, pelo mesmo Yrigoyen.

2. A GUERRA COMO FUNDAMENTO DA MODERNIZAÇÃO

O texto de Ives Lacoste *A Geografia. Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, fundamental para a chamada Geografia Crítica, parece ter colocado um ponto final à questão da relação entre Guerra e formação territorial: agora todos sabemos que o papel ativo da disciplina geográfica passou necessariamente pela formulação de teorias de controle bélico do espaço.

Pois, a geografia serve, em princípio, para fazer a guerra. Para toda ciência, para todo saber deve ser colocada a questão das premissas epistemológicas; o processo científico está ligado à uma história e deve ser encarado, de um lado, nas suas relações com as ideologias, de outro, como prática ou como poder. [...] A geografia é, de início, um saber estratégico estreitamente ligado a um conjunto de práticas políticas e militares e são tais práticas que exigem o conjunto articulado de informações extremamente variadas, heteróclitas à primeira vista, das quais não se pode compreender a razão de ser e a importância, se não se enquadra no bem fundamentado das abordagens do Saber pelo Saber. São tais práticas estratégicas que fazem com que a geografia se torne necessária, ao Chefe Supremo, àqueles que são os donos dos aparelhos do Estado. (Lacoste, 1976, p.9-10)

Se por um lado o livro preencheu uma importante lacuna na crítica do conhecimento enquanto crítica social, por outro deixou escapar pela porta dos fundos outras importantes questões: Como a guerra fundamenta o processo de modernização? Qual é o sentido da relação social que a guerra institui? Qual é a autonomia que o Estado, a grande máquina de guerra, e a política têm sobre esta relação social? Qual é a autonomia que o próprio

conhecimento científico moderno tem sobre a transformação desta relação social?

Um exemplo de que as reflexões postas por Lacoste podem passar ao largo da crítica do fundamento social instituído pela guerra pode ser encontrado em Antonio Carlos Robert de Moraes (Moraes, 2004). O autor adere à formulação de Lacoste sobre a guerra como fundante da formação territorial à sua maneira:

A necessidade de estruturas militares de apoio à colonização emerge em todas as situações, sendo, portanto elemento comum à qualquer processo colonial. Há um componente de violência que acompanha de forma inelutável a apropriação de novas terras quando estas possuem habitantes autóctones, pois eles devem ser submetidos ao novo poder que se instala. Em geral, tal apoio é conduzido pelo Estado, que aproveita a ocasião para reforçar seu controle dos territórios coloniais, com uma mais efetiva presença institucional (militar, jurídica, administrativa). [...] (Moraes, 2004 p.71; 64)

Robert Kurz também aponta a guerra como fundamento do Estado Nacional moderno, mas não pára por aí. Se para Moraes, no final das contas, a guerra é quase um “pecado original” da formação do Estado Nacional (democrático, que justifica a *posteriori* seu processo de violento de formação), em Kurz a guerra institui um princípio de dominação social objetivo, através da mobilização para o trabalho com a organização dos primeiros exércitos nacionais e os primeiros assalariados (soldados/soldo). (Kurz, 2002).

A guerra dos Bárbaros, empreitada imperial contra os povos indígenas entre os séculos XVI e XVII cumpriu o papel de imposição violenta das relações de mercado em diversas regiões do que viria a ser território brasileiro. Tal processo de violenta territorialização do capital era, não obstante, apresentado como pacificação sobre o qual a produção racional pudesse vir a ser estabelecida, através da

degolação de homens, e a prisão de mulheres e crianças⁴. Guerras análogas aconteceram por todos os territórios colonias, introduzindo à força a mercadoria no sistema mundial em formação.

Nesse sentido, a formação territorial e a mobilização do trabalho precisam ser pensados no registro da imposição do moderno sistema mundial produtor de mercadorias, que traz consigo uma forma de dominação objetiva, vale dizer, a dominação pelas coisas. A formação territorial é o momento de capitalização dos meios de produção em que todo meio de produção é sujeitado a se relacionar com o mercado. A mobilização do trabalho é o seu correlato, a formação dos sujeitos da reprodução social baseada na mercadoria, ou ainda de sujeitos objetificados:

As mercadorias não podem por si mesmas ir ao mercado e se trocar. Devemos, portanto, voltar a vista para seus guardiões, os possuidores de mercadorias. As mercadorias são coisas e, conseqüentemente, não opõem resistência ao homem. Se elas não se submetem a ele de boa vontade, ele pode usar de violência, em outras palavras, tomá-las. Para que essas coisas se refiram umas às outras como mercadorias, é necessário que os seus guardiões se relacionem entre si como pessoas, cuja vontade reside nessas coisas, de tal modo que um, somente de acordo com a vontade do outro, portanto cada um apenas mediante um ato de vontade comum a ambos, se aproprie da mercadoria alheia enquanto aliena a própria. Eles devem, portanto, reconhecer-se reciprocamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, desenvolvida legalmente ou não, é uma relação de vontade, em que se reflete a relação econômica (MARX, 1996, p.209, Capítulo II, O Processo de Troca).

⁴ Pedro Puntoni: A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão do Brasil, 1650-1720. São Paulo, Hucitec, 2000, p.100.

A troca de mercadorias institui um contrato social no qual as coisas personificam a vontade dos sujeitos, e é desenvolvida legalmente ou não. A particularidade brasileira em que sujeitos realmente coisificados na figura do escravo produzem mercadorias trocadas em um sistema liberal não pode servir de fundamento para a imaginação de que a realidade brasileira não teve um contrato social fundante, aliás, permite perceber que a realidade brasileira tem um contrato social fundante escravista, tal como genialmente analisado por Roberto Schwarz a partir das leituras que faz da obra de Machado de Assis⁵.

Uma vez instituído pelas guerras de formação territorial e mobilização para o trabalho, o sistema social capitalista passar a operar às costas dos sujeitos que lhe instituíram, assumindo a forma do sujeito-automático, sujeitado sob formas particulares de organização da produção. Por outro lado, a acumulação do capital é um processo de territorialização⁶ totalizante e particularizado, que encontra na forma do território nacional a naturalização da violência da acumulação, como pretendemos aprofundar a seguir.

3. POLÍTICA E MERCADORIA: PERSONIFICAÇÃO E AUTONOMIZAÇÃO

⁵ Cf. Schwarz, Roberto. *Ao vencedor as batatas*, 1977; *Que horas são*, 1987.

⁶ “A territorialização do capital caracteriza-se por este aspecto complementar do poder no processo de acumulação do capital: o poder de impor e restringir práticas pelo uso da violência direta; e, ao mesmo tempo, o de impor e restringir práticas por meio do poder econômico. A apresentação desta relação como territorialização conduz o foco da análise às formas de mobilização do trabalho em sua relação com o controle dos meios de produção produzidos pelo trabalho (capital), e os não produzidos pelo trabalho (terra). [...] As relações contraditórias inerentes à territorialização do capital desdobram-se na formação dos territórios nacionais, seus pressupostos são as relações de produção mediadas pela mercadoria, forma elementar naturalizada da riqueza. Tais relações são marcadas, desde o período colonial pela aparência de opostas à violência”. (TOLEDO, 2008).

A forma da mercadoria não é uma sobredeterminação econômica sobre as demais instâncias da vida social, ela é o princípio de sociabilidade subjacente a todas as esferas autonomizadas da vida social. A política, plano da vontade do sujeito por excelência, não tem autonomia sobre esta forma social, pelo contrário, a política e o Estado operam por dentro da forma-mercadoria (Kurz, 1994).

Para Moraes, a equação Estado - Território - Nação assume uma forma particular na periferia do capitalismo, no que decorre uma condição também particular para a política do Estado-Nacional na periferia:

O primeiro incômodo observado nesse equacionamento (Estado - Território - Nação) diz respeito à própria constituição das sociedades que operam tal processo, marcadas por um nível tão alto de desigualdade que impede a caracterização (mesmo que formal) de um todo nacional, que agrupasse um segmento significativo da população como partícipes de um contrato social fundante da legitimidade do poder estatal. (MORAES, 2004, p.71)

Moraes entende a particularidade da periferia do capitalismo recusando aceitar um princípio formal básico da sociedade brasileira, além de apontar para uma ausência de imagem unificadora (identidade negativa), fatos estes que lhe motivam a apontar um descolamento entre Estado e Nação. O autor reivindica uma identidade nacional sem colocar em questão a lógica negativa da identidade posta pela forma-mercadoria que a produz.

Moraes aponta tal descolamento entre Estado e Nação porque pressupõe a forma da nação como conciliação política (democrática) da sociabilidade capitalista, condição que ele não encontra na periferia do capitalismo, graças à herança escravista.

Para o autor, a herança escravista impossibilita a existência de um contrato social que funde a legitimidade do poder estatal. Dessa maneira, o autor reivindica um princípio social de igualdade porque enxerga desigualdade social, mas não percebe que a própria desigualdade social é posta pela forma identitária da mercadoria, que iguala toda atividade social enquanto dispêndio abstrato de “cérebro, nervos, músculos”. Em outras palavras, a igualdade objetivada na forma da mercadoria é um princípio formal de identidade, generalizado (mas historicamente particularizado) inclusive em contextos de trabalho escravo, tal como aponta a pesquisa de Carlos Toledo (2008)⁷.

Em suma, a concepção de “formação territorial” de Moraes aponta a guerra como fundamento do processo de colonização, mas não coloca em questão o **fundamento social** básico da modernização, tampouco as consequências que a **autonomização política** traz consigo. O Estado Nacional em modernização passa por um processo de autonomização na medida em que se institui como mediação necessária do conflito entre as classes que personificam o movimento contraditório do Capital. A fronteira é a imposição bélica de uma dominação política particular, que traz consigo instituições e ideologias que personificam posições sociais contraditórias, que em seu movimento histórico apagam o fundamento social da mercadoria que as coloca em disputa.

A forma social da dominação objetiva nunca é colocada em questão, por que a reivindicação da democracia passa a agir como imperativo, além do qual não se permite olhar. Tal leitura pode decorrer em uma visão dualista das formações dos estados

⁷ A figura do escravo de ganho, presente na pesquisa de Toledo sobre as Lavras Bahianas, é uma pista que aponta para a presença do princípio formal da mercadoria, contextualizado na particularidade periférica e escravista da economia capitalista colonial, uma vez que o escravo de ganho vende diárias de trabalho para outros senhores, permitindo a futura compra da sua própria alforria. Cf. Toledo, Carlos. A região das Lavras Bahianas. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Geografia - FFLCH, USP, 2008.

nacionais: por um lado, os estados baseados na liberdade e na igualdade que garantiriam um contrato social legítimo (e com ele uma dominação Estatal legítima), resultando na legitimação da dominação impessoal da forma mercadoria. Do outro lado, os países de origem colonial, por trazerem na história da sua formação uma relação social que passa ao largo do referido contrato legítimo, e que desembocaram em formações Estatais descoladas da Nação, que produziram um aparelho estatal deslegitimado.

A percepção desse dualismo poderia, por outro lado, apontar para uma deslegitimação radical do controle estatal em geral, como forma de naturalização da dominação impessoal da forma-mercadoria. Na crítica à filosofia do direito de Hegel, Marx já havia alertado, conforme sintetiza Kurz (2010), para o fato de que a **“estatalidade em si significa pressupor inconscientemente a reprodução capitalista como base natural”**. Mas, para dar esse passo, a aspiração social-democrata da formação positiva da Nação e da cidadania deveria ser recolocada a partir da crítica da relação colônia-metrópole, recuperando os termos de Marx n’O Capital: **“A colônia revela o segredo da metrópole”**.

Em nossa pesquisa, a formação territorial não é pensada como fundamento positivo da formação do Estado Nacional Territorial porque este traz em si, como já foi dito acima, a pressuposição inconsciente da reprodução capitalista como base natural. O estudo da formação territorial não deve servir de **“ideologia geográfica”** que garanta as **“bases da formação”** de determinado Estado-Nacional. Deve, ao contrário, servir de fundamento particularizado para a crítica da formação da relação capitalista.

4. GUERRA DO PACÍFICO NA TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL: A REGIÃO DO GUANO

No final do século XVIII a Bolívia vivia um momento de intensos debates em seus periódicos, com a presença de vários

artigos de Daniel Campos⁸, sobre a Guerra do Pacífico (1879), que opôs Chile e Bolívia numa disputa territorial pelo litoral pacífico do continente sul-americano, entre os paralelos 18° e 23° Sul.

Em tempo de Imperialismo Inglês, as libras comandavam grande parte do comércio de mercadorias pelo mundo colonial. Apesar da intermediação do industrial e minerador boliviano Victor Aramayo (também conhecido como Barão do Estanho) junto às casas de crédito de Londres, o dinheiro inglês já tinha destinatário, pois desde meados dos anos 1860 o Chile vinha explorando Guano⁹ através das Casas Comerciais e Companhias de Navegação Inglesas nas costas pacíficas da América do Sul, até por volta do paralelo 24°S. Incapaz de controlar o território explorado pelo Chile, e considerando que a consolidação de tal exploração poderia quitar o acesso ao mar para a Bolívia (até então um acordo definia fronteira entre os dois países no paralelo 23° S, o chamado paralelo de Mejillones) eclode a Guerra do Pacífico, armada pelo Império Britânico, diga-se de passagem. A Bolívia da época tinha somente um pequeno povoado (e porto) na costa pacífica - Calama, praticamente isolado do resto do país pelo deserto de Atacama, e que se relacionava, mais propriamente, com as esquadras britânico-chilenas.

A formação dos territórios do litoral pacífico da América do sul foi determinada pelo comércio de mercadorias¹⁰.

⁸ Daniel Campos (1829-1902) foi um advogado, presidente da corte distrital de justiça de Potosí, fundador e redator das revistas *Potosí*, *La Crônica* e *Deber* e delegado da expedição científica De Tarija à Assinción, organizada pelo governo boliviano em 1883.

⁹ *Guano* é o excremento de pássaros depositado em diversas ilhas pacíficas ao longo da costa sul-americana. O Guano, utilizado como fertilizante de terras, foi intensamente exportado para a Europa entre os séculos XIX e XX, num período que compreendeu o esgotamento da fertilidade de diversos solos europeus e a invenção de fertilizante sintéticos.

¹⁰ “Até que a pesca baleeira redondeara o Cabo Horn não houve comércio senão colonial; escasso contato de intercâmbio foi mantido entre Europa e a comprida linha de opulentas províncias coloniais da Espanha na costa do Pacífico. Foi o baleeiro quem primeiro rompeu a barreira política da Coroa Espanhola, ao tocar essas colônias; se dispuséssemos de espaço, poderíamos mostrar claramente como esses baleeiros ao fim concluíram a libertação do Perú, Chile e Bolívia do jugo da velha Espanha”. (Melville, Herman. *In Moby Dick*. p. 81, 1851).

Inicialmente, os portos chilenos se consolidaram como ponto fornecedor de matéria prima para o litoral pacífico Norte-Americano, impulsionado pela corrida para o Oeste. Diversas cidades, inclusive Santiago, foram financiadas às custas do comércio de mercadorias com os Estados Unidos da América ao longo do século XIX.

Entretanto, uma faixa territorial relativamente extensa ainda não tinha encontrado funções cabíveis à forma da mercadoria, descobrindo-se, somente na segunda metade do século XIX, a função do arquipélago do Guano na fertilização das esgotadas terras europeias, resultando no avanço da fronteira da mercadoria por sobre essa faixa territorial.

Por outro lado, o desfecho da Guerra do Pacífico (1883), com o rendimento completo da Bolívia, fez avançar a fronteira do Chile até o paralelo 18° S, retirando da Bolívia o único acesso direto ao mercado europeu. Esse foi um pressuposto fundamental para os avanços da ocupação boliviana sobre o Chaco Boreal, outro espaço de avanço da fronteira da mercadoria, ainda habitado por uma população autóctone isolada (indígenas Tobas, Chiriguanos e Cários Guaranis).

5. ESTRATÉGIAS FETICHISTAS DOS ESTADOS-NACIONAIS AUTONOMIZADOS

A expedição de Daniel Campos (Bolívia, 1883)

Em 1883, Daniel Campos foi escolhido como delegado da expedição que deixaria a cidade de Tarija, ao sul da Bolívia, em direção à cidade paraguaia de Assunción através do Chaco, que foi considerado até então um espaço isolado da presença colonial e habitado por diferentes populações indígenas, nada receptivas à presença dos modernos colonizadores. Campos foi motivado a participar da expedição com a intenção de criar uma nova saída para a exportação de mercadorias bolivianas, uma

vez que a ocupação do Chaco poderia garantir acesso à bacia do Paraguai. A expedição era controlada, ao menos teoricamente, por Campos, que enxergava a empreitada como uma possibilidade de civilização desses “povos selvagens”. Os Chiriguanos haviam sobrevivido às invasões espanholas por terem conseguido fazer frente à ofensiva militar da coroa domando cavalos e refugiando-se no Chaco. A *Relaciones Geográficas de las Indias* da Companhia de Jesus (final do século XVI) anuncia:

Esta nación es muy valiente y guerrera y que a todos los demás detiene por esclavos y les hace guerra y a los españoles no se quiere sujetar. Ha costado mucha sangre y muerte el haberlos querido rendir y de toda la fuerza del Perú se defendieron por ser muy montuosa la tierra y doblada y ellos muy animosos (*apud* CAMPOS, 2010, p.10).

Após a expulsão dos Jesuítas pela Coroa Espanhola (em 1776) os Franciscanos assumem as reduções e criam novas missões, chegando a um número de 1.600 “reduzidos”. Ao final do século XVIII os Chiriguanos somavam uma população de cerca de 200.000 homens livres, ou *avas*, como se autodenominavam. Grande parte dessa população foi dizimada por expedições trazidas pelos “descobrimientos” e contatos de Campos. Depois dos missionários chegavam os Caraií, brancos colonizadores.

Campos organizou uma tropa de 150 homens e 5 mulheres, mais bois e cavalos. Um convidado especial da missão era Artur Thouar, colega de Jules Crevaux à cargo da Academia de Ciência da França. Crevaux havia partido um ano antes numa missão de reconhecimento do Chaco a fim de produzir um documento que fornecesse subsídios para a superação do conflito fronteiriço entre Bolívia e Paraguai. Crevaux iniciou a descida do Rio Pilcomayo no dia 19 de abril de 1882 acompanhado de 35 homens. Oito dias depois o grupo foi surpreendido por um agrupamento de

indígenas Tobas, que lhes fizeram prisioneiros, pondo fim à sua empreitada. Thouar havia sido enviado para recolher os restos e instrumentos de Crevaux.

A missão se inicia em pleno inverno, dia 20 de agosto, para tentar enfrentar com mais cuidado o *extremo calor* do Chaco. No dia seguinte o grupo se detém às margens do Rio Pilcomayo, dando origem à Colônia Crevaux, em homenagem ao primeiro *Caraí* daquelas paragens.

O relato de Campos é extenso e variado. Na primeira parte trata-se de um diário de viagem que narra a empreitada, a relação com a tropa, as dificuldades em administrar um coronel sanguinolento, a fundação dos fortes ao longo do caminho, as dificuldades em enfrentar o clima, as doenças, venenos, a sede, os ataques indígenas. Na segunda parte, Campos relata a chegada à Assunción e os problemas que por lá encontraram. Na Terceira parte Campos faz um relato mais conciso de aspectos que julga relevantes sobre sua experiência no Chaco a partir de suas anotações de campo: As tribos, os acampamentos, a missão de *Aguairenda*, observações sobre o reino animal, vegetal e clima, reflexões sobre os caminhos (fluviais e terrestres), administração dos fundos e custos da expedição e finalmente uma reflexão sobre desenvolvimento colonial. Este item fala em especial do progresso das colônias fundadas pela expedição (Colônias Crevaux, Quijarro e Piquirenda) e indica a necessidade de estabelecer ligações permanentes entre estes fortes e Yacuiba, a cidade mais próxima. Pois, nos anos que seguem a expedição, a colônia Crevaux segue existindo como “un hacimiento de soldados, sin expectativas y sin trabajo, que llevan la vida como deportados políticos” (CAMPOS, 2010, p. 235).

Campos apresentava discordâncias com as empreitadas anteriores, organizadas sob a forma de missões. As missões Franciscanas do século XIX contavam com um regulamento que procurava atender uma dupla necessidade: redução dos indígenas enquanto trabalhadores nas fazendas de Criollos e sua conversão ao Catolicismo. Cada padre conversor recebia do governo um

sínodo de 300 pesos anuais. Para Campos a situação dos indígenas nas missões era inaceitável:

En general los indios de las misiones no tienen una situación ni medianamente aceptable. Su aspecto macilento, sus moradas de pobríssimo ajuar, donde mujeres desmedradas revelan la espantosa miseria en que viven, lastiman el alma del que contempla a estos desdichados, alimentados con escasísima pulenta de maíz molido. (CAMPOS, 2010, p.25)

Campos tem em vista uma outra forma de mobilizar o trabalho indígena, preservando a liberdade de sujeição à dominação social, a formação de *córpos dóceis* ao trabalho, em oposição às missões enclausuradoras:

Esta situación contrasta con la de los indios que podemos llamarlos emancipados y que residen, ya en Caiza, sus alrededores, en Yacuiba, o en las haciendas de particulares. Entrad a las habitaciones de éstos, principalmente de los que viven en Yacuiba y veréis bueno y abundante el ajuar, ellos bien vestidos, hasta con lujo de collares y atavíos propios de su traje, robustos, demostrando en la plenitud de sus formas, tanto hombres como mujeres y niños, su buena alimentación, y el contento de su espíritu tranquilo, libre y laborioso. (Campos, 2010, p.25)

Nesse sentido, a expedição de Daniel Campos cumpre um papel de modernização das formas de mobilização do trabalho indígena¹¹, do escravismo ao trabalho livre (*libre y laborioso*).

¹¹ Pasquale Petrone também nos alerta para a função de mobilização do trabalho indígena cumprido pelos aldeamentos missionários em São Paulo. (Cf. Pasquale Petrone, Aldeamentos Paulistas, São Paulo, EDUSP, 1995)

Campos critica as missões e incentiva novas formas de mobilização do trabalho, sem perceber o fundamento comum que missões católicas e suas versão laicas-modernizadas estão sujeitas:

Las misiones serán lo que han sido siempre, una asiática petrificación claustral y nada más. El mundo moderno se mueve por otros resortes y al impulso de fuerzas más vivificadoras. De estas agrupaciones que podemos llamarlas factorías cerradas al hombre, no surgirán nunca, los cantones que se asimilen a la vida civil y política de Bolivia (Campos, 2010, p.25)

As boas intenções de civilizar os indígenas não se cumpriram nem mesmo ao longo da expedição: logo na primeira semana Campos teve sua autoridade questionada pelo Jefe Pareja, coronel e líder militar da expedição, que reivindicava o direito de matar quantos indígenas encontrasse pelo caminho, pois tal permissão lhe havia sido outorgada pelo próprio Ministro da Guerra: *Estoy aqui para escarmentar a los selvagens*. Apesar da sanguinolência de Pareja, Campos termina a viagem 14 dias depois, com somente um incidente militar mais grave e chega à Assunción.

Cinco anos após a realização da expedição de Campos, o ministério do interior boliviano entendeu que já obtivera informações suficientes sobre o Chaco para dar início a um plano efetivo de ocupação. Enquanto isso, uma revolta de Chiriguanos reduzidos nas fazendas é enfrentada com violência extrema, contrariando até a metodologia questionável dos Franciscanos, como relata um frei dessa ordem em 1892:

Bien parapetados los blancos disparaban sus armas a granel. Los índios caían por decenas sin amedrentarse por ello, volviendo a la carga cada vez con renovados bríos. Hasta los moribundos no cesaban de disparar sus flechas... La entrada fue disputada palmo a palmo hasta llenar las fosas (de las

trincheras) de cadáveres... Los Chiriguanos eludieron la batalla. La noticia de la huida de los Chiriguanos llegó en seguida a oídos del General Gonzáles. No satisfecho con la espantosa matanza de indios del día 28, ordenó que se prendiese fuego a los subterráneos, protegidos de palos e piedras, haciendo morir asfixiados a varones, mujeres y niños y aquellos que lograran salir corridos por el humo y presa de las llamas, eran cegados por el fuego de los fusiles... El suelo se quedó cubierto, como de piedras, de huesos y calaveras. (*apud* Campos, 2010, p.29)

Em seguida, novos enfrentamentos: Caipendi, Huacaya, Murucayatu, Cuevo. Não se sabe quantos Chiriguanos foram mortos para que a dominação impessoal do trabalho fosse aceita entre os que sobraram.

6. ESTRATÉGIAS FETICISTAS DOS ESTADOS-NACIONAIS AUTONOMIZADOS

Políticas diplomáticas e de terras do Paraguai

A posse do território do Chaco já era uma questão pública pelo menos desde julho de 1852, quando é assinado um tratado entre Paraguai e Argentina no qual, em troca de reconhecimento da independência paraguaia, a Argentina permitia a livre navegação do rio Paraguai até o rio Paraná; a navegação comum do Rio Bermejo; e concedia uma área de transição de uma légua às margens do Bermejo - onde não seriam permitidas fortificações militares ou policiais. Por outro lado o Paraguai deveria garantir a cessão de 30 povoados¹² da margem esquerda do Paraguai alegando dificuldade de administrar tais territórios por se situarem à nesta localização.

¹² O Império brasileiro se opôs à decisão de entregar os 30 povoados ao governo argentino, alegando que teria mais direito do que a Argentina sobre tais territórios. De acordo com Pastore (1989) esse fato entrou no rol de questões que motivaram a formação da tríplice aliança.

Em agosto de 1852 uma comissão boliviana em Buenos Aires faz um questionamento público do referido tratado, reivindicando a orelha direita do rio Paraguai entre os paralelos 20°, 21° e 22° Sul, hoje departamentos de Alto Paraguai e Boquerón (Paraguai). Em 1855, entretanto, o Congresso Argentino muda de postura e passa a reivindicar o território do Chaco, à margem direita do rio Paraguai, antes garantido pelo tratado de 1852 ao estado do Paraguai. Entre 1856 e 1862 o *Tratado de Paz, Amizade, Comércio e Navegação* garante que a situação permaneça inalterada. Mas em 1° de Maio de 1865 é assinado o *Tratado de Aliança Defensiva e Ofensiva de Argentina, Brasil e Uruguai*, conhecido também como *Tratado da Tríplíce Aliança*, que desencadeia a Guerra do Paraguai¹³.

O território do Chaco, do rio Bermejo à Bahia Negra, é anexado pela Argentina “para evitar as discussões e guerras que a questão dos limites traz consigo” (Artigo IX do Tratado da Tríplíce Aliança). O Império do Brasil avança sua demarcação territorial até o Rio Igurey, que desemboca abaixo do Salto Guairá (Sete Quedas). Entre 1864 e 1870 a Guerra do Paraguai se desdobra, por motivo de seus efeitos catastróficos, como um trauma escondido até hoje na ideologia brasileira. Com o final da guerra, um tratado de 3 de fevereiro de 1876 divide o Chaco em 2 seções: I - Da Bahia Negra ao rio Verde (renunciado pela Argentina) e II- Do rio Verde ao braço principal do Pilcomayo (outorgado ao Paraguai pelo presidente Hayes dos EUA em 1878 e ocupado pelo exército argentino até 1879). O final da guerra da Triple Aliança reacende a questão da fronteira aberta no Chaco entre Bolívia e Paraguai, um território de 250.000 km², disputado à revelia dos antigos povoadores.

¹³ A guerra do Paraguai é o principal conflito que reorganiza a formação territorial na bacia do Paraguai. A Guerra do Chaco é pensada aqui como um desdobramento crítico do conflito anterior, do ponto de vista da formação dos territórios bolivianos e paraguaios, de maneira que esta pesquisa não se debruce sobre a crítica da formação territorial e dos próprios exércitos nacionais do Brasil e Argentina a partir da Guerra do Paraguai, questões que precisariam ser desdobradas em outra pesquisa.

Como vimos anteriormente, no último quartel do século XIX a Bolívia inicia um plano de ocupação - associado à preparação bélica - enquanto a estratégia paraguaia de formação territorial permanece restrita a um embate diplomático. Na década de 1880 um jurista paraguaio recém-chegado da Europa, chamado Alejandro Audibert, inicia um trabalho de formação de opinião sobre a necessidade de defesa do Chaco nos periódicos *La Democracia* e *El Pueblo*, ambos de Assunción¹⁴.

Em 1885, o governo paraguaio dá um passo no sentido de fortalecer a ocupação do Chaco através do início da venda das chamadas terras fiscais, ocupada por uma população bastante heterogênea, mas sem título de propriedade. Em 1896 o governo paraguaio forma a *Comissão Científica para o Estudo da Solução do Diferendo Paraguai-Bolívia pelo território do Chaco*. Tal comissão, ao contrário da empreitada boliviana dirigida por Daniel Campos, realizaria estudos sobre a fronteira a partir de documentos históricos. Logo em seguida (1897), Assunción coloca em prática um plano sobre reservas territoriais, que repassava parcelas de terras para credores de empréstimos de bancos ingleses.

A questão das fronteiras é revisitada pelos dois governos em 1894, com o *Tratado Ichazo-Benitez*, que “En nombre de Dios Todopoderoso” define que o território boliviano vai até 3 léguas ao norte do Forte Olimpo, seguindo uma linha horizontal até o meridiano 61° 28’, a partir de Greenwich. Em 1902 eclode um golpe de estado no Paraguai, motivado em recompor as débeis *forças sociais* destruídas pela guerra e pelas políticas de vendas de terras que se desdobravam em uma forte crise social e econômica, principalmente para as populações rurais, criando-se, neste mesmo ano, a Guarda Nacional. Até que em 1927, sob a pressão da irresolução do conflito de fronteiras e sob boatos da existência de uma ofensiva boliviana no Chaco, o governo paraguaio organiza um encontro para discutir internamente a guerra.

¹⁴ Cuestión de Límites entre Paraguay e Bolivia. “La Democracia”, “El Pueblo”, Escuela Técnica Salesiana, Assuncion, 1901.

A fronteira da mercadoria aqui ainda não havia se consolidado e os acordos de nada valiam até que uma ocupação militar-econômica se efetivasse. O então ministro de guerra e marinha sugere um *Esforço de Colonização* para o Chaco (PASTORE, 1989, p.171), ideia corroborada pelo ministro do interior, que propõe um programa de colonização a partir de quatro itens: I- o avanço das ferrovias desde a cidade Presidente Hayes até o norte do Chaco, II- Aquisição de Material de Guerra, III- Modernização da Escola Militar, IV- Um governo de salvação nacional que garantisse unidade político partidária para concentrar esforços na guerra.

O mesmo ano de 1927 assiste ao encontro de dois momentos da formação territorial: a pecuária paraguaia se depara com a ofensiva militar Boliviana, gerando dois combates, o *Sorpresa*, no dia 27 de fevereiro e o *Vanguardia*, no dia 28 de dezembro.

A Bolívia contou com um empréstimo de 14 milhões de dólares do governo dos Estados Unidos para efetivar a ocupação do Chaco, dinheiro este que foi investido maciçamente em material bélico. Para se ter uma dimensão do conflito, foram adquiridos 50 mil fuzis, 10 mil carabinas, mil metralhadoras e oito aviões de bombardeio, entre outros materiais.

O lado paraguaio contava ainda com barcos de guerra e 5 mil fuzis Mauser¹⁵, adquiridos do arsenal alemão dispersado pelo mundo depois do final da primeira guerra mundial porque foram tornados obsoletos com o progresso prussiano da indústria militar. A Alemanha enviou ainda generais retirados da 1ª Guerra Mundial para o treinamento de batalhões na Bolívia.

A Guerra do Chaco (1932 -35) explodiu com os corpos de 50.000 bolivianos e 40.000 paraguaios para fazer valer a fronteira da mercadoria nacionalizada e internalizar sua violência. Ao final da guerra diversos caciques Chiriguanos foram fuzilados na Bolívia por serem considerados traidores, pois eram identificados com o Paraguai por terem sangue guarani e a fronteira acabou passando do lado de cá de suas casas.

¹⁵ O Teatro El Bunker de La Paz encenou em julho de 2011 uma peça nomeada Mauser, baseada em textos de Samuel Beckett e sob direção de Marcelo Sosa.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fronteira da Mercadoria x Fronteira do Estado-Nacional

Quando se fala em formação de fronteira deve-se levantar uma pergunta: de que fronteira se trata? Necessariamente da fronteira do Estado Nacional? Mas a fronteira do Capital se reduz às fronteiras dos Estados-Nacionais?

Podemos argumentar que se trata sempre da formação violenta da relação social submetida pela forma-mercadoria que, às vezes, por tão truculenta e recente na memória, pode revelar o caráter da fronteira em geral, mesmo que normalmente ela pareça coincidir pacificamente com uma ideologia nacional e um povo.

O caso paraguaio é interessante, pois mesmo antes da consolidação da fronteira da nação, três empreendimentos organizavam a produção de mercadorias no que hoje é o Chaco paraguaio, sem se preocupar sob qual bandeira se encontravam: O Banco Mercantil de Assuncion, a La Mate Laranjeira (com sede no Rio de Janeiro e produções de Erva Mate também no Mato Grosso) e La Industrial Paraguaya (com sede em Buenos Aires).

O descompasso entre a fronteira da mercadoria, que persistiu depois da formação da fronteira da nação, pode apontar para o caráter determinante desta em função daquela, já que as atividades das empresas não foram em nada alteradas pelo fechamento da fronteira nacional. Fato ainda mais explícito para o caso da produção petrolífera.

Não obstante, o território nacional naturaliza a violência da territorialização da mercadoria em qualquer contexto, ideologia, povo ou nação submetida pelo processo de modernização. A mercadoria aceita qualquer bandeira, fala todas as línguas e “tem amor no corpo”: se troca por qualquer coisa.

Hoje o Chaco, paraguaio ou boliviano, é palco do agronegócio “brasileiro” em expansão. O departamento de Santa Cruz de La Sierra na Bolívia está sob controle de vinte mega-produtores de soja e açúcar, com uma parcela significativa

de capitais brasileiros. E nos departamentos de Boquerón e Alto Paraguai, os fazendeiros brasiguaios passeiam pelo seu enclave de pecuária de exportação em caminhonetes 4x4 com ar condicionado, entre suas fazendas, restaurantes em Filadelfia e rodeios em Neuland. Ayores são expropriados e jogados em lonas de plástico na beira das estradas, enquanto Guaranis se amontoam nas cidades arrastados por mercadorias da China que carregam nas costas como tesouros do *Fabuloso Rey Blanco*.

Uma vez estabelecido o fundamento bélico e mercantil da formação territorial do Chaco e devidamente criticado o papel de reprodução da dominação reificada que a ciência moderna garante para sua realização, abre-se a trincheira para a crítica da dinâmica social contemporânea, questão que pode ser desdobrada em outras pesquisas¹⁶.

8. REFERÊNCIAS

- CAMPOS, Daniel. De Tarija a la Assunción. Expedición Bolivian de 1883. Editora El País, Santa Cruz de La Sierra, 2010.
- CHIVENATTO, Júlio José. Genocídio Americano: a verdadeira história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- GAUDEMAR, Jean-Paul de. Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital. Editora Estampa, Lisboa, 1977.
- KURZ, Robert. Canhões e Tostões: O Estouro da modernidade. In Revista Jungle World, 2002. Disponível em <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz94.htm> - acessado em dezembro de 2011.
- KURZ, Robert. O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da conomia mundial. 5 ed. Tradução Karen Elsabe Barbosa. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1999.

¹⁶ A exportação do complexo agro-industrial brasileiro para o Paraguai e a Bolívia leva consigo a exportação do mecanismo que faz colapsar suas próprias super-populações relativas. Em agosto de 2011, por exemplo, milhares de agricultores paraguaios expropriados pela agroindústria brasileira realizaram um protesto pela desapropriação de 12 mil hectares de terras de brasiguaios na fronteira.

KURZ, Robert. A falta de autonomia do Estado e os limites da política. In Revista Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, maio de 1995. (Tradução de Peter Neumann)

KURZ, Robert. Não há leviatã que vos salve. In Revista EXIT! Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria, nº 7, 2010. Disponível em: <http://o-beco.planetaclix.pt/rkurz396.htm>. Acessado em Dezembro de 2011.

LACOSTE, Yves. Uma disciplina simplória e enfadonha?, In A Geografia. Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. EDIFEL, São Paulo, 1976.

MEGALE, Januário Francisco (org) Max Sorre: geografia. Editora Ática, São Paulo, 1984.

MARX, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política. Editora Abril, São Paulo, 1996.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Território e História no Brasil. Editora Annablume, São Paulo, 2004.

MONIZ BANDEIRA, L.A. A Guerra do Chaco. In Revista Brasileira de Política Internacional. Vol.41 no.1 Brasília, Jan./June, 1998.

NOVAES, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1809). Hucitec, São Paulo, 1979.

ORTLIEB, Objetividade Inconsciente. In Revista Krisis, n. 21-22, Nuremberg, 1998. Disponível em http://obeco.planetaclix.pt/cpo_pt.htm Acessado em Dezembro de 2011.

PETRONE, Pasquale. Simpósio - “Perspectivas da colonização no Brasil” In Separatado Volume XVIII dos Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros. AGB, São Paulo, 1973.

PASTORE, Carlos. El Gran Chaco em la formación territorial del paraguay. Etapas de su incorporación. Editora Salesiana, Assunción, 1989.

PRADO JR., Caio. Formação Econômica do Brasil. Editora Brasiliense, São Paulo, 2004.

TOLEDO, Carlos de Almeida. A região das lavras bahianas. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Geografia. FFLCH-USP. São Paulo, 2008.